

RESENHAS

FIGARI, Carlos. *@s "outr@s" cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro. Séculos XVII ao XX*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007. 588 p.

Marcos Aurélio da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: marco.aurelio.sc@uol.com.br

Num ensaio já clássico na teoria social contemporânea, Gayatri Spivak (1988) alerta para o risco de estudos que, feitos sob a égide de dar voz aos oprimidos, acabam por lançá-los no mesmo silêncio obscurecedor de formações discursivas consideradas hegemônicas e opressoras. A tentativa de inserção de Carlos Figari no universo dos estudos subalternos com o livro *@s "outr@s" cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro* traz uma compilação de dados que se referem a quatro séculos de homoerotismo em terras brasileiras. Tendo como base relatos de viajantes, processos inquisitoriais, prontuários médicos, romances e boletins de ocorrência, além das observações e das entrevistas feitas pelo próprio autor, o projeto da tese de doutorado que dá base ao livro foi o de buscar a voz do subalterno nesses discursos para dar conta da gênese de uma "identidade homossexual" na cultura brasileira.

O projeto é, no mínimo, polêmico. E Figari reconhece o peso da empreitada ao indicar no início da introdução que a "maior contribuição do construcionismo social no campo da teoria gay-lésbica foi colocar que o denominado 'sujeito homossexual' é uma 'categoria histórica criada socialmente', e não um fenômeno uniforme e estável ao longo da história" (p. 17). Ainda assim, ele vai se utilizar da expressão "homoerotismo" – defendendo-a, é verdade, "como uma categoria semântica 'ponte', vazia de significado" (p. 19) – para se

referir a relações entre pessoas supostamente do “mesmo sexo”, o que demonstra uma categoria não tão vazia. Digo supostamente, pois a ideia de dois sexos biológicos, que é o que permite se pensar em relações homoeróticas ou homossexuais, é relativamente recente na história ocidental e se confunde com a própria modernidade (Laqueur, 2001).

Os dados de Figari, no entanto, vêm de um período anterior, quando a ideia do sexo uno predominava no Ocidente cristão.¹ Não é à toa que todos os relacionamentos homoeróticos apresentados pelo autor, no período anterior ao século XVIII, são marcados por outras dicotomias que não o moderno binarismo *masculino* e *feminino*. No primeiro capítulo, o sociólogo se utiliza de relatos de viajantes em que há referências sobre relações “homoeróticas” entre homens ou mulheres em sociedades indígenas e africanas. O olhar do colonizador dos séculos XVI e XVII, curiosamente interpretado com uma forte dicotomia entre masculino e feminino, ativo e passivo – um discurso que se tornaria mais recorrente a partir da constituição de uma “*scientia sexualis*” nos séculos XVIII e XIX (Foucault, 2005) –, é questionado num primeiro momento como a construção do “novo” mundo como “exótico” para depois servir de fonte de informação para a gênese que Figari quer relatar. Para ele, os relatos eurocêtricos tornam-se uma fonte quase neutra a dar conta da existência disseminada de “práticas homoeróticas” entre as novas e antigas populações da colônia.

Os cronistas de viagem relatavam desde supostas “inversões de gênero” – quer em rituais ou na vida cotidiana – até práticas de sexo entre homens ou entre mulheres que Carlos Figari utiliza para unir os pontos da história do homoerotismo. Dessa forma, o travestismo é apresentado como inversão de gênero e com uma relação quase de equivalência com o homoerotismo. Judith Butler já alertou para a perigosa coerência e continuidade que uma “matriz heterossexual” busca estabelecer entre “sexo, gênero, prática sexual e desejo” (Butler, 2003, p. 38), instituindo e relacionando “gêneros inteligíveis” e corpos sexuados. Se essa matriz binária é historicamente localizável, ela não pode explicar os dados que Figari pretende relacionar (guerrei-

ras amazonas, rituais de travestimento em cortes africanas, tribos indígenas que, segundo padres jesuítas, cometiam “pecados nefandos” a todo momento).

Os relatos da Inquisição marcam o segundo capítulo do livro, em que o autor pretende cobrir um longo e diversificado período da história do país, entre o final do século XVI e o final do XVIII, período de formação das cidades brasileiras e das primeiras urbanidades na colônia, dentre elas uma grande variedade de espaços, como os prostíbulos, destinados ao sexo, que o autor sugere que devam ter proporcionado também a possibilidade de encontros homoeróticos. Os seus dados se referem a situações marcadas não por binarismos de gênero – que, a meu ver, marcam a modernidade –, mas por relações sexuais cujos demarcadores centrais eram a classe (comerciantes portugueses e caixeiros viajantes), a idade (monges e seminaristas; marinheiros e grumetes) e a raça (senhores e escravos). O risco de classificar tais relações como homoeróticas em termos contemporâneos é que se estabelece entre todas elas e com as atuais um *continuum* que só tende a ontologizar as práticas eróticas a partir da matriz binária de sexo e gênero, tornando-a a-histórica e translocal e minorando a importância dos outros demarcadores na constituição do desejo (classe, geração e idade).

Apesar de parecer concordar com Foucault quando afirma que, no período em questão, a sodomia era uma prática tida como um delito punível mas sem implicar a constituição de uma “identidade sodomita”, Figari aposta na existência de “sodomitas” como “metáfora de abjeção e interpelação” na formação discursiva de um padrão “masculino/ativo”, já naquela época, formando uma imagem negativa, um bode expiatório (p. 125). E mais uma vez o autor relaciona travestimento e homoerotismo, desta vez referindo-se às festas de estudantes e aos carnavais do século XVIII em que o “vestir-se de mulher” – comum ainda hoje em qualquer festa de Carnaval no Brasil, sem relação direta com uma suposta “identidade homossexual” – pode ser lido como a formação de espaços em que era possível viver novas experiências de transgressão dos cânones de gênero. Porém, nenhum relacionamento afetivo-sexual emerge das suposições do

autor, que, assim, confunde formas de experimentação com possíveis identidades.

A modernidade chega ao Brasil com o terceiro capítulo do livro de Figari. Enquanto na Europa a burguesia ganhava ascensão com a Revolução Francesa, as urbanidades no Brasil começavam a se intensificar com a formação de uma vida pública (e consequentemente o itinerário de uma vida doméstica) e a necessidade de se possuir uma personalidade pública, através da ostentação e do luxo. Uma vida de corte nos moldes europeus, com uma estetização do cotidiano, com perucas, perfumes, chapéus e coloridos tecidos, começava a se fazer presente no Rio de Janeiro do século XVIII, dando fôlego a mais espaços de homoerotismo, na sugestão do autor. Figari parece não confirmar a relação que pretende entre inversão de gênero e homossexualidade. Ele voltará ao tema em páginas posteriores ao referir-se aos dândis do fim do século XIX, grupos de homens que, ao se vestirem de forma requintada e (sabe-se lá a partir de qual parâmetro) mais efeminada, estariam criando também espaços para o homoerotismo.

Os relatos da Inquisição, que adentram o século XIX no Brasil, assim fornecem informações sobre uma vida homoerótica no Rio de Janeiro. Um boticário é acusado pelo Santo Ofício por sodomia, o que permite ao autor sugerir que as boticas, precursoras de nossas farmácias, como espaços de alta frequência masculina, seriam também espaços destinados aos encontros entre homens. Poetas e escritores românticos também são representativos do homoerotismo do período, assim como as relações entre as senhoras e as escravas, nos seus cafunés, além da forte amizade entre a Imperatriz Leopoldina e Maria Graham. Parecia faltar pouco, muito pouco, para a consolidação de uma identidade, uma vez que cada vez mais espaços pareciam se abrir. Se a ideia de homossexualidade tem sido vivenciada nas culturas ocidentais como uma verdade interior que um dia se revela, vem à tona, sai do armário, parece que muitos relatos das ciências sociais ontologizam a homossexualidade sugerindo essa mesma trajetória.

A participação da biomedicina e dos sistemas jurídicos na constituição dos discursos a respeito da “homossexualidade” é tema do

quarto capítulo, que abrange o período de 1870-1940. Interessa ao autor mostrar a “medicalização do desejo” em que a ideia de homossexualidade como atributo passa a qualificar pessoas através de um discurso médico-legista. Mas ele não considera um desenvolvimento paralelo, na biomedicina, da ginecologia e de toda a sorte de teorias acerca da “biologia da reprodução” (Foucault, 2005, p. 55), que contribuíram para uma definição maior dos limites e das ontologias de masculino e feminino (Rohden, 2001). O discurso médico-legista de que nos fala Figari passa a figurar também na literatura com seus personagens transgressores, que, no entanto, passam a sinalizar a possibilidade de articulações do “eu” com os emergentes discursos da Nação.

Este capítulo, o quarto, é o mais farto da tese de Figari, com 130 páginas, o que pode ser justificado com o grande acervo de estudos e boletins de ocorrência deixados pela cultura médico-legal da primeira metade do século XX. Esse mesmo material foi a base das principais obras que, nos últimos 30 anos, marcaram os “estudos gays” no Brasil (Fry e MacRae, 1985; Green, 2000; Trevisan, 2000). Mas se para aqueles autores as teorias da biomedicina atuaram em conjunto com os sistemas jurídicos na formação domesticadora de uma identidade possivelmente “perigosa” – que a muito custo tem sido positivada pelos movimentos políticos e pelos indivíduos em suas vidas cotidianas –, para Figari esses relatos revelam um submundo homoerótico que estava prestes a “sair do armário”, conferindo a suas fontes uma inusitada neutralidade descritiva.

É o que começa a acontecer a partir dos anos 50 do século XX, tema do quinto capítulo, quando o autor identifica a formação de novas subjetividades nos centros urbanos brasileiros, com as chamadas “turmas dos jornais”, que começam a enfatizar publicamente a postura do “homossexual comportado”, adepto da efeminação, dos travestismos em situações particulares, frequentador dos concursos de *misses*. Os anos 1970 figuram no sexto capítulo como o período de efervescência dos movimentos sociais, quando vem à tona, definitivamente, uma “identidade”, um “sujeito” que vai ser chamado não apenas de “homossexual”, mas também “gay”, “entendido”, deno-

minações estas que tentam afastar-se dos resquícios médico-legais desses discursos. É o período de surgimento dos movimentos políticos como o Somos, em São Paulo, de periódicos de maior porte, como o jornal *Lampião*, e também de uma maior visibilidade dos *shows* de travestis e de casas noturnas a um público específico no eixo Rio – São Paulo.

O sétimo capítulo é dedicado ao período atual, tempo em que se tem uma “cultura gay” urbana estruturada em muitos espaços e múltiplas possibilidades de identidade, territórios que não fazem parte das argumentações de Figari. Antes, ele avança no seu projeto de mostrar identidades que se constituem a partir dos desejos homoeróticos, sugerindo uma anterioridade desses desejos em relação à própria constituição dos sujeitos. Ele elege algumas figuras como o “gay cidadão”, mais preocupado com questões prementes como o avanço da AIDS e a conquista de direitos civis, pensado quase em contraponto a outras identidades apresentadas, como as *barbies* (jovens “gays” com corpos esculpidos em academias), os ursos (homens mais velhos e/ou mais gordos e peludos), as *cross-dressers* (adeptos do travestismo, sem relação com travestis e transexuais) e os sadomasoquistas, como a sintetizarem um “mundo gay” contemporâneo. O autor parece não considerar possibilidades intermediárias entre esses enclaves identitários, muito menos sinaliza para possibilidades que fujam deles.

Na conclusão, o autor lança mão de inúmeras teorias para pensar na homossexualidade como delimitada por formações discursivas que tentam solapá-la ao mesmo tempo que lhe permitem condições de existência. Mas essas possibilidades, para Figari, surgem de fissuras, vazamentos em formações discursivas hegemônicas, recriando, assim, a dicotomia entre *heterossexualidade* e *homossexualidade*, sendo a última o que escapa da primeira. A relação dialética entre os dois termos em certos momentos acompanha os estudos de gênero e sexualidade, que reconhecem o caráter contingente da heterossexualidade que se constitui tendo na homossexualidade sua face negativa e indesejável. Mas a ênfase escolhida pelo autor não está na ideia de espelho, mas na metáfora do vazamento, como aquilo que foge ao dis-

curso hegemônico, de onde podemos questionar sua intenção de construir uma “narrativa da libertação” não apenas para os sujeitos mas para a própria homossexualidade como fenômeno.

Referências

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236 p.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I*. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.
- FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).
- GREEN, James N. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- LAQUEUR, Thomas W. *Inventando o sexo: corpo e gênero, dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.
- SPIVAK, Gayatri C. Puede hablar el subalterno? *Revista Colombiana de Antropología*, v. 39, p. 297-364, 1988.
- TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Nota:

- ¹ Laqueur explica que a medicina galênica predominou durante centenas de anos com a noção de que homens e mulheres teriam os mesmos genitais, porém os das mulheres estariam “para dentro”. Galeno desenvolveu no século II d.C. tratados sobre órgãos reprodutivos em que as mulheres eram apresentadas como “essencialmente homens”, porém com a falta de um “calor vital” que lhes causara a retenção das estruturas que nos homens são visíveis (Laqueur, 2001, p. 16).

Recebido em: 28/06/2010

Aceite em: 28/07/2010